

A CRECHE COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O PAPEL DO PSICOLOGO

Carolline Nunes Lopes
carolopes.psicologia@gmail.com

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ Brasil

RESUMO

No presente artigo será abordado sobre a creche como um espaço de desenvolvimento infantil. O trabalho usará como metodologia básica a revisão bibliográfica. Devemos entender que o desenvolvimento infantil é singular e único e precisa ser respeitado e estimulado. No Brasil, a creche se tornou um importante mecanismo complementar. O presente artigo contribui para demonstrar a quebra da antiga visão assistencialista criada no decorrer dos anos. Hoje o objetivo se tornou a estimulação e a educação, nesse contexto observamos a importância e trabalhos que o psicólogo escolar pode e deve desenvolver nesse ambiente. Proposta pensada por diversos projetos de lei, importante para todos os envolvidos.

Palavra chave: Psicologia; Creche; infância

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo será abordado sobre a creche como um espaço de desenvolvimento infantil e a importância do psicólogo nesse ambiente. O conceito de infância passou por uma evolução no decorrer dos anos, hoje o MEC considera a criança como:

- a) Cidadãos de direitos;
- b) Indivíduos únicos, singulares;
- c) Seres sociais e históricos;
- d) Seres competentes, produtores de cultura;
- e) Indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral.

A creche nasceu da necessidade de mulheres, na época da Revolução Industrial, saírem de casa para ir trabalhar e não ter onde trabalhar. Por muito tempo a visão das creches foi essa, de um espaço voltado para assistência das crianças e mães, principalmente de classes mais pobres. Atualmente, há cada vez mais demanda por creches. No entanto, diferente de em outros

tempos a creche não é vista como um espaço assistencial, principalmente após a Constituição Federal de 1988. A creche é vista como um espaço onde a criança pode aprender valores importantes para seu futuro é um dever do Estado e direito da criança.

O psicólogo ao fazer parte desse contexto pode ser de grande auxílio, pois trabalha para aperfeiçoar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade

Muitos projetos de lei têm tentado inserido o psicólogo na equipe escolar, muitas escolas já contam com esse profissional e relatam sua importância em diversos trabalhos. Na creche não é diferente, e com o objetivo de demonstrar essa atuação o presente trabalho fala sobre o que representa a creche hoje e como o psicólogo auxilia nessa nova visão.

A partir de uma revisão bibliográfica exploratória, na qual o mais importante não era a quantidade mais sim a qualidade do material para melhor explicar a respeito do tema.

O presente artigo será apresentado um breve histórico sobre a creche, algumas complementações sobre o tema e conclui falando sobre a importância e trabalho do psicólogo nesse ambiente.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

O presente artigo é uma pesquisa qualitativa feita através da revisão bibliográfica de periódicos e demais materiais para melhor compor e expor o tema. Foi uma pesquisa exploratória.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Tudo começou na época da Revolução Industrial:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. “Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.” (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.78).

Relatou que a partir do início do século XX, surgem movimentos de protestos e reivindicações com relação às condições de trabalho e creches para seus filhos feitos

principalmente por imigrantes que vieram ao Brasil para trabalhar em fabricas. Os empresários, preocupados com a produtividade criaram vilas operárias, clubes esportivos, creches e escolas maternais para os filhos dos operários. Nesta época, como dito por, o caráter das creches era assistencialista, ou seja, voltado aos aspectos da higiene, cuidados físicos e alimentação direcionada a, principalmente, famílias pobres como uma forma de compensação, pois ainda não se cogitava em ações educativas.

Essa visão mudou a partir dos direitos e deveres instituídos a partir da nova constituição de 1988, passando de um espaço assistencial para um espaço de aprendizagem. A educação infantil ter por objetivo:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1988)

A creche faz parte dessa educação infantil como relatado nos seguintes artigos:

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1988)

Alem disso é dever do Estado fornecê-la

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco (cinco) anos de idade; (BRASIL, 1988)

O ECA, por seu turno, repete quase literalmente o dispositivo constitucional, porém amplia a faixa etária que deve ser atendida por este aparelho educacional e assistencial:

Art. 54. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2002)

No mesmo sentido dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL)

No ECA, o legislador foi ainda além, ao dispor que esta creche deve ser próxima à residência da criança, consultemos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

(...)

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 2002)

Esses artigos de diversas leis demonstram como a visão da creche mudou neste tempo. A creche é entendida como um dever do Estado, com o objetivo de estimular o desenvolvimento infantil integralmente, e não assistencial às famílias como outrora. Veja quadro a seguir que faz um paralelo entre esses dois tempos:

Quadro1: Creche: Antes e depois de 1988

CRECHES	ANTES DE 1988	APÓS 1988 – CONST. FEDERAL
Filosofia de trabalho	Caráter assistencialista - integrava a assistência social	Caráter educacional – integra o sistema de ensino
Designação:	Creches, casas de asilos.	Escola de Educação Infantil – Creches
Direito	Predominantemente, das famílias pobres, das mães trabalhadoras, das crianças abandonadas, órfãs.	
A quem destinava	As crianças de classes sociais empobrecidas.	A todas as crianças, independente da classe social, como sujeitos de direito à educação desde o nascimento.
Visão	Era vista como uma solução	É vista como elemento fundamental
Objetivo	Meio de ajudar as famílias e de cuidar das crianças,	Desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos de sua

	zelando pela sua saúde, higiene, alimentação e proteção física.	personalidade.
Condições de funcionamento	Na maioria, precárias condições físicas e de pessoal. Bastante sujeitas a infecções por contaminação para os problemas sociais relacionados às crianças para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança	Tem que ter padrões mínimos de qualidade no atendimento de toda a demanda. Contribui na formação das estruturas físicas, sociais, afetivas e cognitivas, base de toda aprendizagem ao longo da vida.
Plano de trabalho	Assegurar cuidados de saúde, alimentação, higiene, proteção e cuidados físicos, além de espaço de brincar.	Proposta pedagógica em cada escola, elaborada com a participação dos professores e que definem os objetivos, os procedimentos e as interrelações no espaço educacional.
Período de atendimento	Parcial, integral e, até, internato.	Parcial e integral (segundo o PNE 2014-2024 – estratégia 17 da Meta 1 e a Meta 6, o tempo integral deve ser estimulado).
Política pública Cuidado –	política direcionada para uma determinada parcela da comunidade.	Cuidado e educação - política voltada para toda população, para garantia de seu direito (educação)
Pessoal	Não havia uma “profissão” específica para o atendimento. . Pessoal não qualificado, muito voluntariado.	Professores qualificados, preferencialmente em curso de graduação de nível superior

Dessa maneira:

Revista Valore, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 137-145, 2018.

A família continua sendo, também ela, sujeito de direito à creche, não mais predominantemente por razões de pobreza, mas por carecer de uma instituição complementar no cuidado e educação de seus filhos a partir do nascimento. O trabalho extradomiciliar reforça essa necessidade, porém já não mais como “direito da mulher trabalhadora”, mas direito dos pais trabalhadores, urbanos e rurais (art. 7º, XXIV da CF).

O conceito de criança também vem evoluindo no passar dos anos, ARIÈS (1981) diz que esse tem oscilado entre extremos em que ora consideram a criança como um “bibelot” ou um “bichinho de estimação”, e ora a consideram um “adulto em miniatura”, passível de encargos e abusos como os da negligência, do trabalho precoce e da exploração sexual. Hoje o de acordo com documento elaborado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) intitulado Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, v. 1, torna-se imprescindível considerar que as crianças desde que nascem são consideradas:

- a) Cidadãos de direitos;
- b) Indivíduos únicos, singulares;
- c) Seres sociais e históricos;
- d) Seres competentes, produtores de cultura;
- e) Indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral. (BRASIL, 2006, p.18).

Recentes pesquisas sobre o desenvolvimento humano que adotam a perspectiva sócio-histórica têm reconhecido que a criança é um ser competente e ativo para agir e modificar o ambiente em que está inserida (FERREIRA, 2004).

É importante também:

observar que as crianças possuem uma natureza própria, que as diferencia dos adultos, pois possuem um jeito particular de observar e interagir com o mundo que as rodeia. No processo de construção do conhecimento, utilizam de várias linguagens na tentativa de entender as contradições que presenciam (BRASIL, 1988).

Para Jean Piaget (1973) a criança de 2 anos está entrando no período pre-operatório, “o que marca a passagem do período sensório-motor para o pré-operatório é o aparecimento da função simbólica ou semiótica, ou seja, é a emergência da **linguagem**”. Na sala em questão há uma profunda e diária estimulação da oralidade da criança. No refeitório e sala se solicita periodicamente que a criança verbalize o que quer sem apenas apontar ou chorar. Cantigas e histórias são contadas a fim de ampliar seu vocabulário.

Dessa forma, a creche sempre proporciona atividades que estimulam a atenção e a concentração.

As crianças estão aprendendo a escovar seus dentes e lavar as mãos, atividades de autocuidado que estimula a autonomia, fator indispensável para Maria Montessori:

Não se trata de lavar a criança se estiver suja, de ajeitar ou limpar suas roupas: nós não servimos ao corpo da criança, sabemos que se a criança deve desenvolver-se, ela deve fazer estas coisas sozinhas [...] devemos ajudar a criança a agir, querer e pensar sozinha. Esta é a arte do servo do espírito, uma arte que pode se expressar perfeitamente no campo da infância (MONTESSORI, 1949, p.302-303).

Nesse contexto podemos notar a importância do profissional de psicologia nesse ambiente. O profissional de psicologia escolar é:

um campo de atuação do psicólogo (e eventualmente de produção científica) caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar, com o objetivo de contribuir para otimizar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade (Martinez, 2003b, p. 107).

Na escola, como na creche ele pode ter uma ação tradicional ou emergente como explicado por Martinez (2003). Ao ter uma ação tradicional exerce essas funções: Avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares, Orientação a alunos e pais; Formação e orientação de professores; Elaboração e coordenação de projetos educativos específicos (em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros). Ou formas novas: Diagnóstico, análise e intervenção em nível institucional, especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo; Participação na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola; Participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho; Contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; Coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado; Realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo; Facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas. Entre outras formas de atuar que podem surgir de acordo com a prática de cada realidade.

Tal questão precisa ser pensada, muitos projetos de lei já pensaram na inserção do psicólogo na equipe escolar. E os benefícios dessa inserção são diversos sentidos pela equipe,

estudantes e familiares, em especial em uma idade tão propícia como a primeira infância como dito no artigo.

CONCLUSÃO

Portanto a creche é um espaço de desenvolvimento infantil, através da estimulação a diversos pontos importantes. O presente artigo contribuiu para demonstrar quebra da antiga visão assistencialista criada no decorrer dos anos para uma visão que entende a creche como mais um dispositivo para educação das crianças. Como dito por Maria Montessori:

Não se trata de lavar a criança se estiver suja, de ajeitar ou limpar suas roupas: nós não servimos ao corpo da criança, sabemos que se a criança deve desenvolver-se, ela deve fazer estas coisas sozinhas [...] devemos ajudar a criança a agir, querer e pensar sozinha. Esta é a arte do servo do espírito, uma arte que pode se expressar perfeitamente no campo da infância (MONTESSORI, 1949, p.302-303)

Com esse cenário, cujo objetivo é a estimulação, evidenciou a importância e trabalhos que o psicólogo escolar pode e deve desenvolver nesse ambiente. Proposta pensada por diversos projetos de lei, importante para todos os envolvidos. No entanto essa pesquisa não termina aqui, novos trabalhos necessitam ser feitos para ampliar ainda mais essa nova visão.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.com.br >. Acesso em 15 de novembro de 2011.

8

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 2006.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. (3 volumes).

_____. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente. 3. ed. Brasília, 2008.

FERREIRA, M. C. R. e GROSSE, D. Os fazeres na educação infantil. 5.ed. São Paulo: Calçadense, 2002

FERREIRA, Maria Clotilde R. et al. Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PASCHOAL, J. D. e MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2009.

MONTESSORI, MariaMente Absorvente – (tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho). Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1949.

PIAGET, Jean. A Linguagem e o Pensamento da Criança. Fundo de cultura: 3º edição; 1973.

MARTÍNEZ, A. M. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para sua formação. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). Psicologia Escolar: ética e competências na formação profissional. Campinas: Alínea, 2003a. Cap. 5, p. 105-124.

Recebido em: 30/10/2018

Aceito em: 04/11/2018

Endereço para correspondência:

Nome: Carolline Nunes Lopes

e-mail: carolopes.psicologia@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)